

Um bom exemplo

PEDRO FLEXA RIBEIRO

Nos últimos anos, o país assiste à crescente onda de avaliação em larga escala, em vários campos. A cada momento, são anunciados novos processos, instrumentos e índices para medir e avaliar a qualidade de programas educacionais, sociais e de saúde. No campo da educação, o discurso oficial é garantir a qualidade dos serviços ao alcance da população, enfatizar cada vez mais a necessidade de se divulgar dados e expor resultados para responsabilizar professores e gestores.

Mas não basta que avaliações sejam apenas precisas e exatas do ponto de vista intrínseco e técnico. Elas devem ser conduzidas de forma ética, respeitando os que dela participam. Devem também ser viáveis e úteis, resultando em informações que efetivamente possibilitem a melhoria de qualidade. A competência técnica dos avaliadores é imprescindível, mas também a sua atuação como formadores de opinião: avaliadores devem ser, antes de mais nada, educadores.

No entanto, temos assistido a medições que se sucedem em um ritmo tão

veloz que a sociedade mal tem tempo de lhes atribuir sentido e delas extrair conseqüências práticas. Muitas vezes o foco se centra, exclusivamente, nos resultados, mais do que nos processos. A agilidade e os recursos tecnológicos hoje disponíveis possibilitam uma vertiginosa proliferação de índices e de rankings. São concepções orientadas muito mais na direção da precisão técnica do que no sentido educacional mais amplo. Visam apenas à elaboração de boas provas e testes bem-feitos. A preocupação com as estatísticas prevalece sobre a essência. As informações são divulgadas de forma fragmentada e nem sempre oferecem os subsídios que seriam necessários para a melhoria de qualidade da sala de aula.

Aos educadores é fácil reconhecer nessa forma de gestão o velho comportamentalismo, agora em larga escala e aplicado às políticas públicas. Essa forma de avaliar, pouco atenta aos efeitos de médio e longo prazos sobre o sistema educacional como um todo, levanta suspeitas, abala reputações e a confiança na escola. Mas vai pouco além da denúncia: estigmatiza sem oferecer condições de melhora. Rende manchetes, mas muitos dados permanecem subutilizados: tempo, tinta e

verbas públicas são desperdiçados.

Nesse contexto, a Uerj acaba de dar um belo exemplo de como devem ser tratados e utilizados os resultados das avaliações. Sem maior alarde, divulgou para cada escola um completo e bem cuidado relatório sobre o desempenho de seus alunos no último vestibular. Com essas informações, instituições e professores atentos terão subsídios para identificar pontos fortes e aspectos a serem aperfeiçoados. É uma avaliação que concilia aspectos éticos, viabilidade, precisão técnica e possibilita uma efetiva utilidade. Conduzida dessa forma, a iniciativa se torna legítima aos olhos de todos. É de se esperar que o procedimento escolhido pela Uerj seja seguido.

Sem dúvida, é necessário avaliar a qualidade de ensino. Mas é importante garantir que as mensurações feitas não se atenham apenas às simples medições ou a pseudo-avaliações. É necessário que as avaliações sejam empreendidas de maneira e em um ritmo que possibilite informações e conseqüências que, de fato, promovam a melhoria da qualidade na educação e nas demais áreas avaliadas.

PEDRO FLEXA RIBEIRO é educador.